



16 DE MARÇO DE 2018

Sexta-feira

- SINDICATOS GARANTEM NA JUSTIÇA O RECOLHIMENTO DE CONTRIBUIÇÃO
- SEM IMPOSTO, PRESIDENTE DO TST DIZ QUE SINDICATOS TERÃO DE SE VIRAR SOZINHOS
- 'NÃO HÁ PERIGO DE A CLT PERDER FORÇA'
- MINISTRO APONTA AVANÇOS NAS LEIS E DESAFIOS DO PAÍS
- MINISTRO DIZ QUE PAÍS AGORA TEM LEGISLAÇÃO TRABALHISTA 1.0
- TRABALHADOR GASTA, EM MÉDIA, R\$ 751 POR MÊS COM ALMOÇO NO BRASIL
- PARANÁ FICA A UM DEGRAU DA NOTA MÁXIMA NA CLASSIFICAÇÃO DE RISCO
- ABONO SALARIAL ANO-BASE 2016 LIBERA MAIS DE R\$ 297 MILHÕES PARA O PARANÁ
- PARTICIPAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES NA PRODUÇÃO INDUSTRIAL CAI A 15,6% EM 2017, DIZ CNI
- INTENÇÃO DE INVESTIMENTOS DA INDÚSTRIA SOBE 7,7 PONTOS NO 1º TRIMESTRE, DIZ FGV
- INDICADOR ANTECEDENTE COMPOSTO DA ECONOMIA REGISTRA AVANÇO EM FEVEREIRO
- EMPRESÁRIO DO SETOR MANTÉM A CONFIANÇA NOS NEGÓCIOS
- COM A MÃO NA MASSA, PEDREIRO HUMANO AINDA SUPERA ROBÔ
- MDIC E FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL FIRMAM MEMORANDO DE COLABORAÇÃO PARA DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS CONJUNTOS
- RELATÓRIO APONTA CAMINHOS PARA AMPLIAR COMPETITIVIDADE NO BRASIL
- BNDES QUER SER PONTE ENTRE INVESTIDORES PRIVADOS E EMPRESAS SUSTENTÁVEIS
- NEGOCIAÇÃO DO REFIS DAS MPES TEM AVANÇO
- 'EMPREENDER POR NECESSIDADE' IMPULSIONA NÚMERO DE MEIS
- SERVIÇOS DO BRASIL CAEM MAIS QUE O ESPERADO EM JANEIRO E TÊM PIOR MÊS EM 6 ANOS

- BID DIZ QUE CRESCIMENTO DO BRASIL VAI SE AMPLIAR, MAS DÚVIDA É SE SERÁ DURADOURO
- GOVERNO LANÇARÁ CONSULTA PÚBLICA DO PLANO NACIONAL DE LOGÍSTICA NO DIA 21
- GOVERNO PUBLICA DECRETO QUE REGULAMENTA O RENOVABIO
- NOVO GOVERNO EM 2019 TERÁ DE FAZER MUITAS REFORMAS, DIZ NAKANO
- ANALISTAS REDUZEM PREVISÃO DE DÉFICIT PRIMÁRIO PARA R\$ 139,132 BI, MOSTRA PRISMA
- CONSUMO DE ELETRICIDADE NO BRASIL SOBE 0,3% ENTRE 1 E 13º DE MARÇO, DIZ CCEE
- INDICADOR ANTECEDENTE SOBE 0,8% EM FEVEREIRO, DIZEM FGV E CONFERENCE BOARD
- PRAZO PARA ANÚNCIO DE POLÍTICA AUTOMOTIVA AINDA ESTÁ INDEFINIDO, DIZ MINISTRO DA INDÚSTRIA
- RELATOR DO PL QUE ALTERA LICITAÇÕES QUER FIM DA INDÚSTRIA DO ADITIVO
- DESAFIO DA PETROBRAS SERÁ ESTANCAR A PERDA DE PARTICIPAÇÃO EM COMBUSTÍVEIS
- WAYMO MOSTRA A CURIOSA EXPERIÊNCIA DE RODAR EM UM CARRO AUTÔNOMO
- MAGNA E LYFT SE UNEM PARA DESENVOLVER AUTÔNOMOS
- COM REESTRUTURAÇÃO PÓS-DIESELGATE, VOLKSWAGEN VOLTA AOS TRILHOS
- ZF CRIA AIRBAG DE JOELHO MAIS LEVE
- GOVERNO AGUARDA PUBLICAÇÃO DAS TARIFAS AO AÇO PARA PEDIR RECURSO AOS EUA
- LIGAR PARA TRUMP SOBRE AÇO POUCO ADIANTARIA, DIZ EMBAIXADOR
- MINISTRO DA INDÚSTRIA DIZ QUE BRASIL NÃO DESCARTA RETALIAÇÃO AOS EUA
- PAÍS PODE USAR CARVÃO CONTRA SOBRETAXAS
- AÇÃO CONTRA TAXA DE TRUMP DIVIDE SIDERÚRGICAS DO PAÍS
- UFPR - ESPECIALIZAÇÃO EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO

CÂMBIO		
EM 16/03/2018		
	Compra	Venda
Dólar	3,290	3,290
Euro	4,040	4,041

Fonte: BACEN

Sindicatos garantem na Justiça o recolhimento de contribuição

16/03/2018 – Fonte: Valor Econômico



Dânia Fiorin Longhi: retirada de contribuição deveria ser gradativa para dar tempo aos sindicatos de se planejarem

Ponto polêmico da reforma trabalhista, o fim da obrigatoriedade de recolhimento da contribuição sindical está sendo combatido na Justiça. Pelo menos quatro sindicatos de trabalhadores obtiveram liminares para obrigar empresas a descontar o equivalente a um dia de trabalho de todos os seus empregados. Há decisões de primeira e segunda instâncias.

Outras liminares podem ser proferidas em breve pelo Judiciário. Só o escritório Bertolino & Vargas Advogados Associados, de Campinas (SP), de acordo com a advogada Pamela Vargas, ajuizou mais de 30 ações. Em Santa Catarina, o escritório Beirith Advogados Associados ingressou com cerca de 50 pedidos em nome de sindicatos que não querem deixar essa fatia do orçamento anual escapar.

O valor chama a atenção. Em 2017, a arrecadação alcançou R\$ 2,2 bilhões em todo o país, segundo o Ministério do Trabalho e Emprego. "Essa renda mantém sindicato aberto", diz Pamela.

O argumento em todas as ações é um só: a reforma trabalhista não poderia ter alterado a contribuição sindical por ser uma lei ordinária – Lei nº 13.467, de 2017. Por ser um tributo, o fim da obrigatoriedade de recolhimento só poderia ser determinado por meio de lei complementar.

É o entendimento do desembargador Francisco Alberto da Motta Peixoto Giordani, do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de Campinas – 15ª Região, que considerou os artigos da lei que tratam da questão inconstitucionais e concedeu liminar ao Sindicato dos Empregados em Auto Moto Escola, Centro de Formação de Condutores Categorias A e B e Despachantes de Ribeirão Preto.

"Definida tal contribuição como imposto, ou, tributo, inafastável a conclusão de que tem caráter obrigatório ou compulsório, por outras palavras, não facultativo. Assim, a modificação levada a efeito nos moldes da Lei nº 13.467, de 2017, deveria, em respeito à hierarquia das normas, ser realizada através de lei complementar, e não por lei ordinária", diz o desembargador na decisão (processo nº 005385-57.2018.5.15.0000).

O mesmo posicionamento foi adotado pelo juiz Daniel Rocha Mendes, da 75ª Vara do Trabalho de São Paulo. Ele concedeu recentemente duas liminares a entidades de trabalhadores – uma ao Sindicato dos Empregados em Empresas de Industrialização Alimentícia de São Paulo e Região (processo nº 1000218-71.2018.5.02.0075) e outra ao Sindicato dos Condutores em Transportes Rodoviários de Cargas Próprias de São Paulo (nº 1000199-65.2018.5.02.0075).

"Apenas pelo disposto no referido diploma legal (lei ordinária) não se poderia falar em dispensa do recolhimento já que tal tipo de alteração depende de edição de lei complementar, sendo flagrante a inconstitucionalidade", afirma o juiz em uma das decisões.

Outra decisão foi concedida pela juíza Luciana Nasr, da 4ª Vara do Trabalho de Campinas (processo nº 0010262-75.2018.5.15.0053). Beneficia o Sindicato dos Trabalhadores em Auto Moto Escola, Centro de Formação de Condutores A e B, Despachantes Documentalistas e Transporte Escolar de Campinas e Região.

Para a magistrada, "considerando que a contribuição sindical é tributo, ela possui caráter compulsório nos termos do artigo 3º do CTN [Código Tributário Nacional]". E conclui: "Nesse diapasão, a modificação realizada pela Lei nº 13.467/2017 deveria ter sido promovida por lei complementar nos exatos termos do artigo 146, III da Constituição Federal de 1988. Desta forma, é patente a inconstitucionalidade da alteração já que promovida por lei ordinária."

A busca pelo Judiciário foi iniciada logo após a entrada em vigor da reforma trabalhista, em novembro. Em dezembro, dois sindicatos de Santa Catarina – um deles de servidores públicos – entraram com ações e obtiveram liminares, cassadas posteriormente pela segunda instância. Em uma das decisões, a desembargadora Ligia Maria Teixeira Gouvea, considera constitucional a mudança, "já que não houve a instituição de tributo, mas, sim, a supressão de sua compulsoriedade".

A última palavra sobre o tema, porém, será do Supremo Tribunal Federal (STF), que já recebeu 13 ações diretas de inconstitucionalidade (Adins) sobre o assunto. "Vai resolver o problema, que foi gerado pelo corte brusco da contribuição sindical", diz a advogada trabalhista Dânia Fiorin Longhi. "A retirada deveria ser gradativa. Daria tempo para os sindicatos se planejarem e buscarem outras fontes de custeio para sua manutenção, como aconteceu na Itália".

Outro caminho encontrado pelos sindicatos foi a realização de assembleias de trabalhadores para aprovar a manutenção da cobrança, o que seria irregular segundo advogados.

De acordo com Caroline Marchi, do Machado Meyer Advogados, o problema pode ser resolvido com dispositivo da própria lei da reforma trabalhista, que trata de convenção coletiva e acordo coletivo. "O recolhimento é facultativo. Não se pode por meio de assembleias determinar o pagamento", diz.

Sem imposto, presidente do TST diz que sindicatos terão de se virar sozinhos

16/03/2018 – Fonte: EM.com

O novo presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), João Batista Brito Pereira, defende que, com o fim do imposto sindical obrigatório, os sindicatos terão de se virar sozinhos.

Na primeira entrevista desde que assumiu a instância máxima da Justiça do Trabalho, em fevereiro, o magistrado afirmou que as entidades que representam os trabalhadores terão de usar a "inteligência" para se financiar. "Eles precisam adotar medidas para sobreviver e são os trabalhadores que decidem (se querem contribuir com o sindicato ou não)."

A posição do novo presidente do TST vai na contramão da expectativa de alguns sindicalistas que esperavam apoio a uma eventual contribuição voluntária a ser regulamentada em lei. Na entrevista concedida ao Estadão/Broadcast, Brito Pereira defendeu a autorregulação e também rejeitou a avaliação de que há fragilidade nas entidades sindicais. A seguir, os principais trechos da entrevista.

A reforma trabalhista alterou profundamente a maneira com que os sindicatos são financiados. Sem dinheiro, algumas entidades até anunciaram corte de pessoal. O senhor está preocupado com o financiamento sindical?

Do mesmo jeito que me preocupo com fortalecimento da Justiça do Trabalho, também desejo o fortalecimento das entidades sindicais. Entidades sindicais de empregados e empregadores são, sem dúvida nenhuma, um dos pilares que sustentam a estabilidade das relações e, portanto, precisam ser fortes. Sem a arrecadação, eles podem não ser fortes. O que acontece é que a arrecadação está no seio da autocomposição, da autogovernança, e sindicatos têm autonomia para isso.

Mas como garantir o financiamento nesse sistema de autogestão?

Pois é, isso é da inteligência das entidades sindicais. Está submetida apenas a eles (sindicatos) a autoridade e a autonomia. Não cabe a mim ou a quem quer que seja fazer juízo de valor sobre se estão bem ou se não estão bem. Eles precisam adotar as medidas legais e estruturais para sobreviver e são os trabalhadores que decidem. Se os trabalhadores decidem e o ambiente é livre, não vejo que se possa de longe censurar ou emitir juízo de valor. Eu quero ver a paz entre eles e, para isso, sindicatos são os bons atores.

Mas há reclamação. Será que falta engajamento do trabalhador?

O trabalhador já está bem ambientado com isso. Em qualquer cidade de médio ou pequeno porte, se vê sindicatos realizando assembleias no clube ou salão da igreja. A globalização levou o conhecimento de tudo.

O sindicato de uma cidade pequena sabe as teses debatidas no ABC paulista. Estão muito orientados. E eu já não compreendo mais como é que se pode admitir que um sindicato é tão frágil na negociação. Não é. Os trabalhadores estão muito bem preparados e o Brasil precisa disso.

'Não há perigo de a CLT perder força'

16/03/2018 – Fonte: EM.com

A Medida Provisória que altera alguns pontos da reforma trabalhista pode perder a validade se o Congresso não votá-la a tempo. Essas mudanças, na avaliação do novo presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), João Batista Brito Pereira, são 'bem-vindas', mas se não entrarem em vigor não colocam 'em perigo' a nova legislação. Nesta semana, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, disse que a tramitação do texto está "um pouco enrolada" e não descartou a queda da MP.

Na entrevista, Brito Pereira não entrou na polêmica sobre a constitucionalidade de um ponto questionado da reforma trabalhista, mas rejeitou a avaliação de que a Justiça do Trabalho poderá ter de diminuir de tamanho no futuro. "Posso lhe dizer que a população está aumentando. Portanto, a população trabalhadora está aumentando. E as demandas não vão parar."

A seguir, trechos da entrevista concedida, ontem, ao Estadão/ Broadcast

A Medida Provisória 808 está tramitando, mas há percepção de que o governo poderia deixar o texto caducar. Se não for aprovada, há risco para a reforma trabalhista?

Eu não vejo essa dificuldade. A MP é um instrumento constitucional que o presidente da República utilizou para ajustar a reforma e esses ajustes são bem-vindos. Se a MP for convertida em lei, alterará vários pontos da CLT, o que é bem-vindo porque o Congresso fará exame detido do texto. Se não converter (em lei) também não há perigo de essa norma, a CLT, perder força porque já é uma lei em vigor.

O TST debate a constitucionalidade do artigo 702 da CLT que muda o funcionamento do TST. Esse trecho é inconstitucional?

Essa ainda é uma questão a ser apreciada. Os colegas e eu estamos estudando e eu não tenho uma ideia conclusiva. E, ainda que eu tivesse (uma decisão), não seria dado a mim dizer porque o Tribunal ainda vai se debruçar sobre isso.

Mas e se o Tribunal entender que é inconstitucional?

Se no Tribunal for suscitada a inconstitucionalidade, nós haveremos de enfrentá-la.

Especialistas dizem que, com a reforma trabalhista, o volume de processos deve cair. Se isso for confirmado, a Justiça do Trabalho será menor no futuro?

Posso lhe dizer que a população está aumentando. Portanto, a população trabalhadora está aumentando. E as demandas não vão parar. O que nós vamos fazer é mudar um pouco a cultura de, em casos de recursos repetitivos, nós não vamos julgar no 'varejo'. Nós vamos reunir processos e definir a tese.

Definida a tese, vamos julgar os demais recursos. É uma decisão vinculante. Essa mesma tese pode voltar ao Tribunal repetidas vezes, mas com nuances diferentes, novas circunstâncias. O Tribunal não perde a função de uniformizar a jurisprudência.

Ministro aponta avanços nas leis e desafios do país

16/03/2018 – Fonte: Ministério do Trabalho



O Brasil está melhorando, graças ao avanço das leis em questões como a da terceirização, a própria modernização trabalhista e o e-Social. A avaliação foi feita pelo ministro interino do Trabalho, Helton Yomura, que apontou o desafio enfrentado pelo país de reequilibrar a dívida pública, atrair investimento e, conseqüentemente, gerar cada vez mais novos empregos.

Yomura se reuniu com os dirigentes das principais entidades empresariais de Minas Gerais, em almoço na Federação das Indústrias do estado de Minas Gerais (Fiemg), nessa quinta-feira (15).

O ministro Yomura destacou a importância do diálogo com o setor industrial e reforçou que o e-Social será uma plataforma de informações que irá desonerar e dar simplicidade ao processo de recolhimento das obrigações trabalhistas nas empresas.

“O programa está sendo implantando de forma parcimoniosa com o intuito de reduzir horas de trabalho com burocracia e cortar custos nas empresas”, garantiu.

“O empenho do governo é para colocar o Brasil em uma agenda de desenvolvimento, criar um ambiente de competitividade e de facilidade para empreender no país.”

O Fórum Sindical colocou em pauta o debate sobre novos aspectos das relações de trabalho para sindicatos e empresas com a Reforma Trabalhista.

Ministro diz que país agora tem Legislação Trabalhista 1.0

16/03/2018 – Fonte: Ministério do Trabalho

Durante audiência na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, Helton Yomura destacou



O ministro interino do Trabalho, Helton Yomura, afirmou que agora o Brasil tem uma “Legislação Trabalhista 1.0”, durante audiência na Comissão de Agricultura e Agroindústria da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, nesta quinta-feira (15), em Belo Horizonte.

Durante o encontro, os deputados mineiros apresentaram as demandas do setor agropecuário e agroindustrial em relação ao trabalho e ao emprego no ambiente rural.

“Em tempos de Indústria 4.0, podemos dizer que agora o Brasil também tem uma Legislação Trabalhista 1.0”, disse Yomura, ao destacar os avanços proporcionados pela modernização da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), que entrou em vigor em novembro de 2017.

Acompanhado do superintendente regional do Trabalho de Minas Gerais, João Carlos Gontijo, o ministro lembrou que “era um tabu” a ideia de implantar mudanças na CLT. “Mas os direitos do trabalhador estão na Constituição, no artigo 7º, e foram preservados”, salientou. Além disso, segundo ele, a modernização “trouxe o Brasil para a modernidade, com a legislação mais próxima dos grandes players do mercado mundial”.

Yomura lembrou que a modernização da CLT foi fruto de um diálogo, construído pelo então ministro Ronaldo Nogueira, ouvindo todos os setores, centrais sindicais e confederações patronais para harmonizar um texto que não trouxesse nenhum prejuízo ao trabalhador.

“Antes havia insegurança jurídica, mas hoje isso está pacificado e o empresariado se sente mais tranquilo”, ponderou. “A empresa agora consegue ter uma flexibilidade maior para fazer a gestão do seu negócio, sem nenhum prejuízo de direitos trabalhistas.”

Empregos - Os resultados, conforme o ministro, já foram sentidos na geração de empregos. Yomura citou os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), que indicaram o melhor janeiro dos últimos anos, com mais de 77 mil novas vagas de emprego.

“E Minas Gerais foi protagonista, sendo o segundo melhor estado da Região Sudeste, atrás apenas de São Paulo. Os empregos aqui foram alavancados pela Indústria de transformação, Construção Civil, Serviços e Agropecuária”, explicou.

O ministro também destacou a contratação para novas formas de trabalho previstas na modernização, como trabalho intermitente e de tempo parcial, e o registro de milhares de acordos, dentro de um novo contexto de relações de trabalho.

“Precisamos enxergar outras formas de trabalho, não só com carteira assinada, para trazer renda e empregabilidade ao nosso país. Isso é fruto também de uma evolução da nossa sociedade, que estimula que as pessoas empreendam”, comentou.

Afirmando estar aberto para avaliar e apoiar o setor agropecuário mineiro em suas demandas e necessidades, Helton Yomura lembrou que o governo do presidente Michel Temer começou em “um momento complicado da trajetória democrática”, com indicadores econômicos e sociais desfavoráveis, incluindo 14 milhões de desempregados, dívida pública galopante e inflação crescente.

“Mas em pouco tempo o governo federal conseguiu reverter esses números, com redução de inflação e da taxa de juros e crescimento econômico”, frisou. Assim, segundo o ministro do Trabalho, a “expectativa é para um grande ano de 2018”.

Trabalhador gasta, em média, R\$ 751 por mês com almoço no Brasil

16/03/2018 – Fonte: Tribuna PR

Almoçar fora de casa está 3,64% mais caro em relação ao ano passado, de acordo com pesquisa da Associação Brasileira das Empresas de Benefício ao Trabalhador (ABBT).

O valor médio das refeições no Brasil é de R\$ 34,14. No mês, são R\$ 751. O Sudeste foi a região que apresentou os preços mais elevados, R\$ 34,49. O índice teve variação superior ao da inflação registrada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) no período, de 2,95%, mas similar ao do segmento “alimentação fora de casa”, que teve variação positiva de 3,83%.

A cidade que apresentou o valor mais elevado de refeição foi Florianópolis, em Santa Catarina, com preço médio de almoço registrado em R\$ 40,85. Em sequência, aparecem os municípios de Niterói (RJ), com R\$ 39,88, Aracaju (SE), R\$ 39,43, e Rio de Janeiro (RJ) R\$ 38,97. O valor registrado em São Paulo (SP) é similar ao da média nacional: R\$ 34,49. Campo Grande (MS), registrou o menor valor dentre as cidades pesquisadas, R\$ 26,23.

O valor mensal de alimentação dos trabalhadores foi registrado em R\$ 751,00. Como medida de comparação, caso o trabalhador receba um salário mínimo, R\$ 937, em 2017, o montante gasto com alimentação seria de 80%. Caso receba dois salários, seriam 40%. Com um vencimento de 5 salários mínimos, o comprometimento da renda seria de 16%.

A pesquisa, que é realizada desde 2013, mede os preços de uma refeição completa, que consiste em prato principal, bebida não alcoólica, sobremesa e café, praticados na hora do almoço. Para a edição de 2017, foram visitados 4.587 estabelecimentos em 51 municípios, nas cinco regiões do Brasil.

Paraná fica a um degrau da nota máxima na classificação de risco

16/03/2018 – Fonte: Bem Paraná

A agência internacional de classificação de risco Fitch, uma das maiores do setor, anunciou nesta quinta-feira (15) que manteve o rating nacional de longo prazo do Paraná em AA+ (bra), com perspectiva estável. Com isso, o Estado garante a melhor nota entre as unidades avaliadas pela instituição no Brasil, e fica a apenas um degrau do nível AAA, que é o grau máximo de classificação de risco da agência.

“É um reconhecimento muito importante para o Paraná, e que reafirma o acerto das medidas de ajuste fiscal que implantamos no Estado. Com austeridade e responsabilidade, mantivemos o equilíbrio das contas públicas e hoje temos uma

situação financeira muito diferenciada em comparação com os demais estados brasileiros”, afirmou o governador Beto Richa.

Para o secretário estadual da Fazenda, Mauro Ricardo Costa, a nota positiva reflete todos os esforços realizados pelo governo para evitar que a crise econômica atingisse o Paraná de forma mais aguda. “A nota positiva do Paraná é mais um reflexo dos resultados obtidos com o ajuste fiscal realizado no Estado, focado principalmente em redução de despesas de custeio e em aumento de receitas e de investimentos”, disse Costa.

SUPERAVIT - A Fitch destacou, no texto em que divulgou a nota do Paraná, que as margens operacionais do Estado estão “em linha com os pares internacionais”. “Em 2017, o Paraná registrou um superavit fiscal de 6,1%”, informou a agência.

O baixo endividamento do Estado também ganhou destaque. “O Paraná apresenta uma adequada sustentabilidade da dívida”, diz a Fitch, citando que o Paraná foi beneficiado pela recente renegociação com o Governo Federal.

“A contribuição do Estado para o PIB do Brasil tem sido bastante estável nos últimos cinco anos”, afirma a agência, que também ressalta a política de transparência de dados. “As práticas de divulgação de informações são compatíveis com pares nacionais e internacionais, uma vez que a informação financeira está totalmente disponível e é atualizada com frequência.”

BRASIL - Como a Fitch revisou recentemente a nota de crédito soberano do Brasil para baixo, de BB para BB- com perspectiva estável, a nota internacional do Paraná também passou a ser BB-. A nota internacional sempre está limitada ao rating do Brasil, por não poder ser superior a ele.

Além do Paraná, a Fitch avalia outros quatro Estados brasileiros. São Paulo tem classificação nacional AA, Santa Catarina e Maranhão estão com a nota AA- e o Rio de Janeiro foi classificado como C. Os municípios de São Paulo e do Rio de Janeiro estão avaliados com AA.

Abono Salarial ano-base 2016 libera mais de R\$ 297 milhões para o Paraná

16/03/2018 – Fonte: Bem Paraná

Recursos estão disponíveis para 409,8 mil trabalhadores

O Ministério do Trabalho libera nesta quinta-feira (15) o pagamento do Abono Salarial ano-base-2016 para quem é da iniciativa privada e nasceu nos meses de maio e junho. Também a partir desta data serão pagos os servidores públicos com final da inscrição 8 e 9. Este é o último lote de pagamento.

Com isso, quem se enquadra na regra do abono terá o dinheiro liberado. Os recursos disponíveis aos trabalhadores do Paraná somam R\$ 297.575.801,80 e 409.802 beneficiários ainda não realizaram o saque.

O prazo final para o saque é 29 de junho. A partir daí, o recurso volta para o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

O valor que cada trabalhador tem para receber é proporcional à quantidade de meses trabalhados formalmente no ano-base e varia de R\$ 80 a R\$ 954. Quem trabalhou durante todo o ano recebe o valor cheio.

Quem trabalhou por apenas 30 dias recebe o valor mínimo. E assim sucessivamente. Os empregados da iniciativa privada, vinculados ao PIS, sacam o dinheiro na Caixa. Para os funcionários públicos, a referência é o Banco do Brasil.

No Brasil

O Abono Salarial ano-base 2016 começou a ser pago em 27 de julho de 2017. Desde então, 17.978.582 trabalhadores já receberam o benefício, o que representa 73,3% do total. Os valores sacados até agora somam mais de R\$ 13,2 bilhões. Mas ainda há um valor superior a R\$ 4,8 bilhões disponíveis.

O ministro interino do Trabalho, Helton Yomura, lembra que o FAT é a fonte de pagamento do Abono Salarial e do Programa de Seguro-Desemprego. Portanto, o dinheiro que não for usado para pagar esses benefícios agora, será usado no pagamento de benefícios posteriores. "Os recursos do FAT são para os trabalhadores.

Esse dinheiro do abono é um direito histórico e importante que foi conquistado. Portanto, não deixe de ver se tem direito ao benefício e, caso tenha, procure uma agência bancária e faça o saque", reforça.

SAIBA MAIS

Quem tem direito ao Abono Salarial:

Para ter direito ao benefício é necessário ter trabalhado formalmente por pelo menos um mês em 2016 com remuneração média de até dois salários mínimos. Além disso, o trabalhador tinha de estar inscrito no PIS/Pasep há pelo menos cinco anos e ter tido seus dados informados corretamente pelo empregador na Relação Anual de Informações Sociais (Rais).

Para mais informações:

- Alô Trabalho do Ministério do Trabalho: 158
Caixa: 0800-726 02 07
Banco do Brasil: 0800-729 00 01
- (As ligações são gratuitas de telefone fixo e podem ser feitas de qualquer cidade brasileira)

Participação das exportações na produção industrial cai a 15,6% em 2017, diz CNI

16/03/2018 – Fonte: Tribuna PR

Com a recuperação da demanda doméstica e a apreciação do real, a participação das importações no mercado brasileiro aumentou enquanto a fatia das exportações na produção industrial brasileira caiu, invertendo, nos dois casos, a tendência registrada nos últimos três anos.

De acordo com o estudo "Coeficientes de Abertura Comercial" da Confederação Nacional da Indústria (CNI), o coeficiente de exportação da indústria da transformação, que mede a participação das vendas externas na produção do setor, passou de 15,7% em 2016 para 15,6% em 2017.

"A recente apreciação do real reduz a competitividade das exportações e contribui para a desaceleração observada do volume exportado", afirma a entidade.

No ano passado, a taxa de crescimento das exportações caiu para 2,3%, ante 6,6% no ano anterior. As maiores quedas do coeficiente de exportação foram registradas nos setores de outros equipamentos de transporte, fumo e couro e calçados.

Por outro lado, as importações ganharam espaço no mercado interno brasileiro, com o coeficiente de penetração das importações aumentando de 16,4% em 2016 para 17% em 2017 – ou seja, de cada 100 produtos vendidos no mercado interno no ano passado, 17 foram estrangeiros.

Aumentaram, também, os insumos industriais utilizados pela indústria, que passaram de 22,5% em 2016 para 23,5% em 2017.

“Os setores de metalurgia, químicos e vestuário e acessórios apresentaram as maiores altas dos coeficientes de insumos industriais importados em 2017 na comparação com 2016”, afirma o estudo.

Intenção de investimentos da Indústria sobe 7,7 pontos no 1º trimestre, diz FGV

16/03/2018 – Fonte: Tribuna PR

O Indicador de Intenção de Investimentos da Indústria aumentou 7,7 pontos no primeiro trimestre de 2018 em relação ao quarto trimestre de 2017, informou nesta quinta-feira, 15, a Fundação Getulio Vargas (FGV). Com o avanço, o indicador subiu para o patamar de 123,7 pontos, o maior nível desde o quarto trimestre de 2013, quando estava em 129,5 pontos.

O Indicador de Intenção de Investimentos mede a disseminação do ímpeto de investimento entre as empresas industriais. O objetivo é antecipar tendências econômicas.

“O resultado corrobora um cenário de aceleração dos investimentos em 2018, respaldado pela expectativa de retomada do crescimento do setor da Construção e de mais um bom ano da Agropecuária e da Indústria de Transformação.

A Sondagem também identificou redução da incerteza quanto à execução dos planos de investimento, uma boa notícia, mas que deve ser absorvida ainda com cautela diante das dúvidas com relação ao processo eleitoral e suas repercussões sobre a economia”, afirmou Aloisio Campelo Junior, superintendente de Estatísticas Públicas do Instituto Brasileiro de Economia da FGV (Ibre/FGV), em nota.

O Indicador de Investimentos completou quatro trimestres consecutivos acima dos 100 pontos, nível em que a proporção de empresas prevendo aumentar o volume de investimentos produtivos nos 12 meses seguintes é superior à fatia das que estimam reduzir os investimentos. Ainda assim, o Indicador continua abaixo do patamar pré-recessão, do nível médio registrado em 2012 e 2013.

Entre o quarto trimestre de 2017 e o primeiro deste ano houve aumento da parcela de empresas que preveem investir mais, de 26,6% para 34,7%. Houve avanço também, porém, da proporção das que preveem investir menos, de 10,6% para 11,0%.

No grau de certeza quanto à execução do plano de investimentos nos 12 meses seguintes, a proporção de empresas certas quanto à execução do plano de investimentos foi de 33,4%, superando a parcela de 19,2% de empresas incertas.

A coleta de dados para a sondagem divulgada na manhã desta quinta-feira ocorreu entre os dias 2 de janeiro e 1º de março, com informações de 673 empresas.

Indicador Antecedente Composto da Economia registra avanço em fevereiro

16/03/2018 – Fonte: Diário do Comércio

O Indicador Antecedente Composto da Economia (Iace) para o Brasil subiu 0,8% em fevereiro, alcançando 117 pontos, segundo a Fundação Getulio Vargas (FGV) e o The Conference Board (TCB). No mesmo sentido, o Indicador Coincidente Composto da Economia (ICCE), que mensura as condições econômicas atuais, avançou 0,5%, para 102,9 pontos.

“O resultado do ICCE mostra que a recuperação do nível de atividade na economia

brasileira está consolidada, ainda que em ritmo modesto”, afirma Paulo Picchetti, economista do Ibre/FGV.

No caso do Iace, Picchetti avalia que, apesar da falta de definição sobre o ajuste, o indicador mostra que as expectativas não vêm sendo afetadas negativamente, “fazendo com que a reversão do quadro de expansão seja pouco provável nos próximos meses”.

Oito componentes - Segundo a FGV, o Indicador Antecedente Composto da Economia agrega oito componentes econômicos que medem a atividade econômica no Brasil. Cada um deles vem se mostrando individualmente eficiente em antecipar tendências econômicas.

A agregação dos indicadores individuais em um índice composto filtra os chamados “ruídos”, colaborando para que a tendência econômica efetiva seja revelada.

Empresário do setor mantém a confiança nos negócios

16/03/2018 – Fonte: Diário do Comércio

Melhores oportunidades de negócios para os próximos meses são esperadas pelos empresários do comércio varejista de Belo Horizonte, de acordo com o Índice de Confiança do Empresário do Comércio (Icec) da Capital.

O indicador se manteve estável em fevereiro deste ano, na marca dos 104,1 pontos, número superior aos 83,6 pontos registrados no mesmo período do ano passado, quando ainda indicava pessimismo abaixo do nível dos 100 pontos.

Os dados do levantamento realizado pela Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Minas Gerais (Fecomércio-MG) com base nos dados coletados pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), mostram também que o Icec registrou 0,1 ponto a menos na comparação com janeiro deste ano.

O desempenho positivo do mercado e o comportamento favorável dos indicadores macroeconômicos relacionados ao consumo como a inflação, taxa de juros e emprego, influenciaram no poder de compra das famílias e, conseqüentemente, beneficiaram o varejo, que lida com o consumidor final e passou a apresentar volumes positivos de vendas.

O economista da federação, Guilherme Almeida, avalia que a manutenção do Icec na zona de satisfação desde outubro do ano passado reflete esse reaquecimento.

“A percepção do empresário vem melhorando, porque, na ponta, onde o empresário lida, as melhorias estão sendo sentidas justamente por causa do comportamento mais favorável dos indicadores macroeconômicos. No varejo, o termômetro são as datas comemorativas que, no último ano, apresentaram recuperação frente a 2016, gerando percepção mais positiva”, explicou Almeida.

A pesquisa aponta que a maioria dos empresários do comércio de Belo Horizonte (58,7%) considera que a condição atual da economia piorou. Esse percentual é menor para empresas de maior porte, com mais de 50 funcionários (47,1%).

Apesar da proporção, a avaliação das condições atuais tem apresentado melhorias nas comparações mensais, com o aumento do percentual de empresas que observam uma recuperação da economia nacional.

Expectativas e investimentos – Entre os três componentes do Icec, que apuram a expectativa do empresariado para os próximos meses, avaliação das condições no

presente e as possibilidades de investimentos, o destaque positivo na passagem de janeiro para fevereiro foi o Índice de Condições Atuais do Empresário do Comércio (Icaec), que cresceu de 79,7 pontos para 85,9, também puxado pelo termômetro das vendas e pela retomada do consumo familiar.

O Índice de Investimento do Empresário do Comércio (Iiec) apresentou leve recuo, de 94,6 para 90,7. Apesar de também ter apresentado queda de 138,2 para 135,7 pontos, o Índice de Expectativa do Empresário do Comércio (Ieec) segue acima da zona de insatisfação e, segundo o economista da Fecomércio-MG, o comportamento volátil desse índice é comum em época de eleições devido às incertezas provocadas no cenário do País.

“As expectativas, na comparação de janeiro para o fevereiro, sofreram uma influência negativa. Não sabemos quais serão os candidatos nem as políticas adotadas para o âmbito econômico e suas conseqüências e isso tende a afetar de certa forma as perspectivas que o empresário tem para os próximos meses”, afirmou Almeida.

Com a mão na massa, pedreiro humano ainda supera robô

16/03/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Há 11 robôs em operação, cada qual custando US\$ 400 mil (R\$ 1,3 milhão)



Demonstração de pedreiro semiautomático em Las Vegas, unidade custa US\$ 400 mil - Roger Kisby / The New York Times

Os pedreiros trabalham com eficiência implacável, passando argamassa e posicionado tijolos rapidamente e ajustando-os para garantir o alinhamento. Ao fim de uma hora de trabalho, diante dos olhos de milhares de espectadores, eles construíram uma parede que representaria um dia inteiro de esforço, para um trabalhador operando em ritmo normal.

"Quando coloco tijolos, trabalho como louco", disse Matt Cash, de Charlotte, Carolina do Norte, que estava defendendo seu título na Spec Mix Bricklayers 500, a maior competição mundial entre pedreiros.

Do outro lado do pátio de estacionamento em que a competição estava sendo disputada, em Las Vegas, o ritmo de trabalho exibido por um robô é decididamente mais lento. O robô é conhecido como SAM (sigla em inglês para pedreiro semiautomático) e, se entrasse na disputa, certamente perderia.

Ao menos nessa corrida, os seres humanos mantêm a vantagem diante do futuro. Mas isso talvez não dure. Há uma escassez cada vez maior de pedreiros qualificados nos EUA. A despeito da alta dos salários, falta mão de obra.

Quase dois terços dos pequenos empreiteiros de construção dizem que estão enfrentando dificuldades para encontrar pedreiros, segundo pesquisa da Associação Nacional de Construtores de Casas americana. E pode demorar três ou quatro anos para que uma pessoa ganhe experiência suficiente para trabalhar como pedreiro.

Além disso, a produtividade — o número de tijolos que o trabalhador consegue colocar em uma hora de trabalho — não é muito melhor hoje do que há duas décadas. As ferramentas mais importantes do pedreiro — trolha, balde, barbante e misturador de argamassa — não mudaram muito nos últimos séculos.

Esses fatores deveriam supostamente colocar esse segmento do mercado de trabalho em risco de uma tomada de controle pelos robôs.



Pedreiro posiciona tijolos em competição em Las Vegas - Roger Kisby / The New York Times

PREÇO ALTO

Mas os concorrentes humanos na disputa em Las Vegas não parecem muito preocupados. SAM está longe de encontrar adoção ampla. Há 11 desses robôs em operação, cada qual custando US\$ 400 mil (R\$ 1,3 milhão), quantia proibitiva para os pequenos empreiteiros.

As máquinas não são capazes de fazer cantos ou curvas, ou de ler plantas. Também requerem trabalhadores para reabastecer seus reservatórios de argamassa e limpar as junções dos tijolos que a máquina posiciona.

O que o SAM faz é trabalhar sem ficar cansado, com sede ou doente. Ou seja, o robô está envolvido em outra espécie de corrida.

Inovações como essa podem aliviar as pressões de custo da construção civil, que agravam a escassez de moradias em certas áreas dos EUA. Até mesmo Jeff Buczkiewicz, presidente da Mason Contractors Association of America, associação de empreiteiros, reconheceu o papel dos robôs.

"As máquinas jamais substituirão os seres humanos", disse Buczkiewicz. "No futuro, elas ajudarão e farão com que precisemos de menos trabalhadores, mas, diante da escassez que vemos agora, isso provavelmente será bom."

No entanto, disse, "há um elemento humano nessa forma de artesanato que um robô não é capaz de prover".

Essa ênfase no lado artesanal do processo ficou bem evidente no concurso do dia 24 de janeiro. Em contraste com muitas outras feiras setoriais, a demonstração de tecnologias ficou em segundo plano com relação à disputa entre os pedreiros.

Colocar a quantidade certa de argamassa é essencial. Se há demais, ela resiste quando o tijolo é colocado. Se há de menos, os tijolos ficam perto demais uns dos outros.

Os ganhadores deste ano foram David Chavez e Miguel Contreras, pedreiros de Houston que conseguiram construir uma parede com quase 700 tijolos e não tiveram pontos descontados, um feito extraordinariamente raro.

Não importa o quanto os concorrentes sejam ágeis, eles e seus colegas de profissão enfrentam um desafio maior: manter os atrativos do tijolo como material de construção barato e durável. Para fazê-lo, eles precisam encontrar uma maneira de transferir suas capacitações e conhecimento a milhares de novos trabalhadores --ou a robôs como o SAM.

MDIC e Fórum Econômico Mundial firmam Memorando de Colaboração para desenvolvimento de projetos conjuntos

16/03/2018 – Fonte: MDIC



Ministro Marcos Jorge destacou a importância de buscar alternativas para incentivar a melhoria do ambiente de negócios do Brasil

O ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Marcos Jorge, e a diretora do Fórum Econômico Mundial para a América Latina, Marisol Argueta, assinaram hoje, em São Paulo (SP), um Memorando de Colaboração (MoC) que estabelece a base para planos de trabalho conjuntos em áreas que serão escolhidas pelas duas partes.

Caberá ao MDIC, entre outras tarefas, promover a participação e colaboração de todas as instituições e agências governamentais relevantes com os conhecimentos necessários para o desenvolvimento bem sucedido de pesquisas, projetos e relatórios; fornecer contribuições para a produção de relatórios e pesquisas; produzir relatórios escritos, pesquisas e estudos, e promovê-los por meio de suas plataformas digitais, quando relevante e acordado por ambas as partes.

Pelo acordo firmado, será função do Fórum Econômico Mundial América Latina, entre outras providências, proporcionar oportunidades de alto nível relacionadas à promoção das prioridades institucionais do MDIC para os representantes de alto nível do governo do país, nas reuniões globais e regionais do Fórum.

A colaboração das partes será detalhada em planos de trabalho que serão elaborados e incorporados como anexos do Memorando de Colaboração (MoC).

O ministro Marcos Jorge destacou a importância de buscar alternativas para incentivar a melhoria do ambiente de negócios do Brasil.

“A integração promovida pelo Fórum Econômico Mundial é essencial para que seja estabelecido um ambiente produtivo para um diálogo de alto nível entre os governos e o setor privado. Lembro que a gestão do ministro Marcos Pereira no MDIC foi fundamental para a vinda desta edição do Fórum para o Brasil. Estamos começando a colher os frutos desta iniciativa”, disse Marcos Jorge.

Relatório aponta caminhos para ampliar competitividade no Brasil

16/03/2018 – Fonte: MDIC

Desde a recente recessão econômica, o governo brasileiro tem produzido esforços para executar reformas para modernizar políticas e instituições, com o objetivo o aumento da produtividade e a recuperação econômica.

Nesse contexto, o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) e o Fórum Econômico Mundial formaram uma parceria para implementar a versão brasileira do *Competitiveness and Inclusive Growth Lab*, como parte de uma estratégia ampla para fomentar a competitividade e melhorar o ambiente de negócios.

O relatório foi apresentado hoje, na edição América Latina do Fórum, em São Paulo.

As atividades que culminaram no documento foram conduzidas por um grupo de trabalho formado por gestores, técnicos e especialistas indicados e orientados por um Conselho Editorial, composto por representantes dos setores público e privado, e presidido pelo Ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Marcos Jorge.

O relatório apresenta um diagnóstico sobre quais os principais fatores que afetam negativamente a competitividade da economia brasileira, tendo como base os resultados do Global Competitiveness Index, índice de competitividade global publicado anualmente pelo Fórum Econômico Mundial.

Com base nesse diagnóstico, foram apresentadas recomendações de iniciativas, divididas nas seguintes vertentes:

Integração às cadeias globais de valor - aumentar o acesso a mercados por meio da expansão da rede de parceiros comerciais e do aprofundamento dos acordos existentes, de políticas de facilitação de comércio e investimentos, e de melhoraria do ambiente tributário para o comércio, inclusive com uma análise e revisão da Tarifa Externa Comum do Mercosul.

Inovação - melhorar a integração das políticas e a coordenação entre centros de inovação. Evitar, ainda, que a inovação seja orientada apenas pelo lado da oferta, e desenvolver um ecossistema focado nas demandas sociais e corporativas por inovação.

Nova geração de políticas públicas - integração sistemática de mecanismos de monitoramento e avaliação às políticas públicas, dando ao governo a capacidade de realocar investimentos nas políticas mais efetivas, e gerando mais transparência e confiança na condução dessas políticas.

Reforma do ambiente de negócios - reformas institucionais e legais para revigorar a competição doméstica e estrangeira. Para esse fim, o relatório examina diversas iniciativas promissoras que já estão sendo implementadas pelo governo.

O *Competitiveness and Inclusive Growth Lab – Brazil* é uma iniciativa em progresso para lançar e apoiar uma agenda de medidas acionáveis, visando o aumento da competitividade do Brasil.

A publicação do relatório, sintetiza o comprometimento de agentes públicos e privados, nacionais e estrangeiros, e dos mais diversos níveis, com a adoção dessa agenda.

BNDES quer ser ponte entre investidores privados e empresas sustentáveis

16/03/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Fundo Amazônia quer fomentar novos projetos que gerem mais trabalho e renda na região

O Fundo Amazônia, gerido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em cooperação com o Ministério do Meio Ambiente, está em busca de fundos de investimentos interessados em negócios que sejam sustentáveis do ponto de vista social, ambiental e econômico.

A ideia é ajudar no fomento de empresas que possam gerar mais trabalho e renda na Amazônia, a fim delas ganharem escala em produção e independência financeira a longo prazo.

Uma das iniciativas neste sentido acontece nesta sexta (16), na capital paulista, com um fórum promovido para atrair 200 representantes de fundos, empresas privadas e empreendedores do setor.

No evento, o banco pretende tirar dúvidas sobre como as companhias podem ter acesso ao Fundo Amazônia, que concede recursos não reembolsáveis, e como investidores privados podem investir de forma direta nos negócios.

“Queremos ser a ponte entre empresas bem estruturadas da região, com investidores de impacto e possíveis empreendedores do setor para discutir como viabilizar novos investimentos”, diz Marilene Ramos, diretora de infraestrutura e gestão socioambiental do BNDES.

Atualmente, metade dos R\$ 3,2 bilhões do Fundo Amazônia está aportada em 96 projetos, a maioria deles voltados a atividades de produção que preservam a biodiversidade amazônica, como a pesca de pirarucu e a extração de sementes para a fabricação de cosméticos.

O próprio fundo tem ainda disponível R\$ 1,6 bilhão para financiar outros negócios que contribuam para a prevenção e combate ao desmatamento e tenham alto potencial econômico.

Criado há dez anos, o principal mantenedor da linha de crédito é o governo da Noruega, com apoio também da Alemanha, sob a condição do Brasil preservar a floresta amazônica.

Negociação do Refis das MPEs tem avanço

16/03/2018 – Fonte: Contabeis.com

Área econômica do governo busca solução para adequar a derrubada de veto ao Orçamento da União



Depois de um certo impasse no Refis das micro e pequenas empresas, está avançando a busca de uma solução para derrubar o veto ao projeto que garante o refinanciamento das dívidas dos pequenos negócios (PLC 164/2017). O presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Guilherme Afif Domingos, conseguiu destravar as negociações e saiu otimista do encontro que teve com o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, na manhã de ontem, em Brasília.

“Senti que avançou e que teremos uma resposta bem rápida para que tenhamos o Refis para as micro e pequenas empresas”, declarou Afif após a reunião. O encontro teve a participação do secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, do presidente da Frente Parlamentar Mista das Micro e Pequenas Empresas (MPEs), Jorginho Melo, e do relator da proposta na Câmara dos Deputados, Otávio Leite. Também estava presente o assessor especial da Presidência da República, Gastão Alves de Toledo.

O governo vetou em janeiro o projeto do Refis, apesar da aprovação por unanimidade pelo Congresso Nacional. A derrubada do veto estava prevista para ser apreciada este mês, mas, a pedido do presidente Michel Temer, o presidente do Senado, Eunício Oliveira (MDB-CE), ampliou o prazo para colocar o assunto em pauta. Enquanto isso, a área econômica do governo buscará uma solução que adequar o Orçamento da União ao Refis.

Segundo Jorginho Melo existe uma razão para que o governo reveja o veto ao Refis, que é a própria lei. “Temos um argumento forte, que é a legislação que determina que essas empresas tenham um tratamento diferenciado”, observou o deputado,

confirmando também os avanços nas negociações no Ministério da Fazenda. Conforme o relator da proposta, Otávio Leite, as negociações podem ser concluídas com a apresentação de novas informações para justificar a derrubada do veto.

Um dia após o presidente Michel Temer ter anunciado que o governo está empenhado em buscar uma saída para não descumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal, o presidente do Sebrae, Guilherme Afif Domingos reuniu na última quarta-feira a Frente Parlamentar Mista em Brasília.

Durante o encontro, deputados e senadores defenderam a mobilização do Congresso Nacional para que seja priorizado projeto que concede condições favoráveis de financiamento tributário para os pequenos negócios nas mesmas condições já permitidas às grandes corporações. Foi consenso entre os participantes da reunião a necessidade de esforço suprapartidário para levar o assunto adiante.

“O espírito não é de confronto. Pelo contrário, temos buscado construir uma solução conjunta, olhando inclusive as dificuldades enfrentadas em outros setores. Queremos garantir que, com a derrubada, não haverá problemas com a lei de responsabilidade fiscal”, ressaltou Afif, lembrando a determinação do presidente da República para encontrar uma rápida alternativa. “As pequenas empresas no Brasil pagam mais impostos do que as grandes e isso é uma distorção absurda”, completou.

Urgência - O senador José Pimentel (PT-CE) afirmou otimista que a pauta envolve todos os setores da economia: “Estamos caminhando para construir uma sessão no Congresso Nacional que nos permita derrubar o veto, em favor de 1,7 milhão de empregos espalhadas pelo País.

A matéria é urgente”. Pimentel reforçou que no caso do Refis aprovado para as grandes empresas, para cada R\$ 1 pago do valor principal, R\$ 1 era abatido da correção de juros e da multa - não sendo, assim, necessário utilizar recursos do Tesouro ou do orçamento.

As consequências da não derrubada ao veto do Refis foram destacados por Jorginho Mello. “Ninguém quer fazer enfrentamento. Estamos buscando uma forma harmoniosa para salvar os micro e pequenos empresários que foram excluídos e terão dificuldade para voltar à legalidade no nosso País”, ressaltou. Ele convocou a Frente Parlamentar a marcar reunião com o presidente da Câmara para viabilizar votação do PLC 164.

'Empreender por necessidade' impulsiona número de MEIs

16/03/2018 – Fonte: Diário do Grande ABC

Entre 2009 e 2017, a quantidade de MEIs (Microempreendedores Individuais) no Grande ABC cresceu 17.845,9%, saltando de 584 para 104.804. Embora esse aumento tenha ocorrido gradualmente, ano a ano, o perfil dos novos empreendedores mudou.

Os dados são da primeira Carta de Conjuntura do Conjuscs (Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura), da USCS (Universidade Municipal de São Caetano).

Na avaliação de Jefferson José da Conceição, coordenador do Conjuscs, até 2014 o aumento “é vinculado ao bom momento da economia, quando algumas pessoas deixavam seus empregos e empreendiam por opção”. Naquele ano, já havia 56.790 MEIs.

Por outro lado, a partir de 2015 a expansão deu-se pelo “empreendedorismo por necessidade”, avalia.

“É o reflexo da retração da economia, porque as pessoas perderam seus empregos e não tinham onde se recolocar em outra ocupação, então, se viraram”, explica Conceição. Vale destacar que, em 2009, a região ganhou, em média, dois MEIs por dia, enquanto que, no período mais intenso da crise, entre 2015 e 2016, eram cerca de 43 inscrições diariamente. E, no ano passado, foram 45.

Outro fator que contribui para o crescimento do empreendedorismo é a busca pela formalidade.

“Para vender e fornecer é preciso emitir nota fiscal, além de todos os benefícios agregados, como a contribuição com a Previdência Social”, destaca José Carlos Garé, coordenador do Conjusc. Há também a vantagem de, por ter CNPJ (Cadastro Nacional Pessoa Jurídica), possibilitar acesso a linhas de crédito com juros menores.

Pode tornar-se MEI o empresário que tenha faturamento de, no máximo, R\$ 81 mil por ano, que não participe como sócio, administrador ou titular de outra empresa, possua, no máximo, um empregado e exerça uma das atividades previstas na Resolução do Comitê Gestor do Simples Nacional.

Entretanto, é importante lembrar que não é possível estimar o percentual de MEIs que estão, de fato, ativos. “Muitos se cadastram, mas não põem em funcionamento”, diz Conceição.

INCENTIVO

Thiago Matsumoto, vice-presidente do Itescs (Instituto de Tecnologia de São Caetano) salienta a importância de grandes empresas apoiarem novos empreendedores.

“Através de pequenas ações saem muitas oportunidades, não apenas para as empresas, mas para uma cadeia, pois sempre surgem novas ideias.”

Matsumoto afirma que, como o Grande ABC está próximo à Capital, muitas vezes as inovações criadas na região vão para outro lugar.

“Nós precisamos manter tudo isso aqui, para formarmos um polo de inovação”, completa. Vale lembrar que também é essencial o apoio a estudantes e startups.

Serviços do Brasil caem mais que o esperado em janeiro e têm pior mês em 6 anos

16/03/2018 – Fonte: DCI



Serviços do Brasil caem mais que o esperado em janeiro e têm pior mês em 6 anos

O volume do setor de serviços do Brasil encolheu mais do que o esperado, fechando com o pior resultado para janeiro em seis anos após um fim de 2017 forte, mas o resultado não tira o setor do movimento de recuperação.

Em janeiro, o volume de serviços caiu de 1,9 por cento sobre o mês anterior, informou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nesta sexta-feira, contra expectativa de estabilidade em pesquisa da Reuters.

O resultado foi o mais fraco para o mês na série iniciada pelo IBGE em 2012, e acontece após avanços em novembro e dezembro respectivamente de 1 e 1,5 por cento.

Na comparação com janeiro do ano anterior, houve recuo de 1,3 por cento, quando a expectativa era de aumento de 0,9 por cento.

"De maneira geral, foi uma base mais forte em dezembro, e agora teve redução no transporte de cargas, que foi positivo em 2017. Como isso tem peso importante, pesou no resultado geral", explicou o gerente da pesquisa no IBGE, Rodrigo Lobo.

No primeiro mês do ano, as perdas foram generalizadas, sendo a mais acentuada em Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio, de 3 por cento, seguida por Serviços profissionais, administrativos e complementares, de 1,4 por cento.

A única atividade que mostrou alta no volume no mês foi de Outros Serviços, de 3,8 por cento, em janeiro sobre dezembro.

O IBGE informou ainda que as Atividades turísticas apresentaram o terceiro resultado positivo em janeiro, com alta de 0,3 por cento. Sobre o ano anterior, o turismo apresentou estabilidade.

Dependente da recuperação da indústria e do comércio, a retomada do setor de serviços vem sendo mais lenta e irregular, em meio à taxa de desemprego ainda elevada no país.

A confiança, entretanto, vem melhorando, e em fevereiro chegou ao nível mais alto desde abril de 2014, de acordo com a Fundação Getúlio Vargas (FGV), indicando melhora no ímpeto de contratações nos próximos meses.

BID diz que crescimento do Brasil vai se ampliar, mas dúvida é se será duradouro

16/03/2018 – Fonte: Tribuna PR

O crescimento da economia brasileira deve se ampliar este ano, podendo chegar a 3%. A grande dúvida é se o País vai conseguir fazer as mudanças estruturais para que a expansão não fique restrita ao curto prazo e continue ao longo dos anos. A avaliação é do presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Luis Alberto Moreno.

"O Brasil está mudando e se fala em crescimento de 2,5% a 3%. Acho que é um número realista", disse ele após participar de evento do Fórum Econômico Mundial em São Paulo nesta quinta-feira, 15. Entre as mudanças estruturais necessárias para o País seguir crescendo, Moreno disse que a reforma da Previdência tem papel central.

"Já venho ao Brasil há muitos anos e a diferença é que há dez anos ninguém falava da reforma da Previdência e ninguém queria fazê-la. Hoje todo mundo comenta", afirmou o presidente do BID. "Obviamente é uma decisão difícil que os brasileiros vão ter que tomar, mas é central para a questão fiscal brasileira."

As eleições presidenciais de outubro, disse Moreno, podem ser um risco ou não para o cenário da economia brasileira. "Quem vai determinar isso são os brasileiros", afirmou. Para ele, diferente de outros países da América Latina, o brasileiro tem um jeito próprio que permite costurar acordos em Brasília. "Isso é muito importante para a sociedade."

Moreno participou de um painel do Fórum Econômico em que destacou a questão da corrupção. Ele disse que o combate às práticas irregulares se transformou em tema

central para os países da América Latina. Na região, afirmou ele, não existe tema mais importante do que recuperar a confiança.

O presidente do BID citou que o Brasil tem combatido a corrupção com a Operação Lava Jato, mas mencionou uma pesquisa que mostra que 62% da população da região acredita que o quadro da corrupção piorou. "É preciso romper a conexão entre as finanças do governo e a corrupção", afirmou ele durante o debate.

Governo lançará consulta pública do Plano Nacional de Logística no dia 21

16/03/2018 – Fonte: Tribuna PR

Pensado como um legado na área de infraestrutura para o próximo governo, o Plano Nacional de Logística (PNL) será colocado em consulta pública no dia 21, disse Marco Aurélio Barcelos, secretário de Articulação para Investimentos e Parcerias do Programa de Parceria de Investimentos (PPI).

Em participação em evento nesta tarde de quinta-feira, 14, Barcelos afirmou que o PNL não será um "Power Point com centenas de projetos", mas sim "uma ferramenta, uma metodologia" construída com dados primários fornecidos por diversos órgãos e agências ligados ao setor de infraestrutura. A ideia desse plano é identificar onde estão e estarão os gargalos logísticos no País até 2025, de modo que o próximo governante saiba o que deve manter no radar e priorizar na aplicação do Orçamento.

De acordo com o secretário, essa "ferramenta" foi pensada para ser dinâmica e passível de revisões periódicas. Nesse momento de consulta pública, o governo realizará roadshows para ouvir críticas e sugestões sobre as premissas adotadas.

"O PNL não vai dizer se tem que ser PPP, concessão, qual é o Capex do projeto (...). É um farol, um guia de onde devem estar vertidas as atenções do poder público, considerando a demanda e os gargalos", destacou.

Em comentário sobre a carteira de projetos do PPI, Marco Aurélio Barcelos afirmou que o governo segue canalizando todos os esforços para que o cronograma de todos os projetos seja cumprido. "Todos os 75 projetos, até então, têm cronograma ainda previsto para ser concluído em 2018", reforçou. Ele reconhece, porém, que este é um desafio grande, tendo em vista o calendário eleitoral.

Governo publica decreto que regulamenta o RenovaBio

16/03/2018 – Fonte: EM.com

O governo federal publicou no Diário Oficial da União (DOU) desta sexta-feira, 16, o Decreto 9.308/2018, que dispõe sobre a definição das metas compulsórias anuais de redução de emissões de gases causadores do efeito estufa para a comercialização de combustíveis. O texto regulamenta a Lei 13.576/2017, que instituiu a Nova Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio).

Antecipou, entre outros pontos, o decreto prevê multa de até R\$ 50 milhões para distribuidoras de combustíveis fósseis, como gasolina e diesel, que não compensarem as emissões de gases causadores do efeito estufa. O decreto foi assinado pelo presidente Michel Temer esta semana em evento do setor de etanol em Ribeirão Preto (SP).

A norma determina que o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) será o órgão responsável por determinar as metas gerais de reduções de emissões de gases causadores do efeito estufa, sob recomendação do Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima (CIM).

As metas compulsórias serão desdobradas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), para cada ano corrente, em metas individuais, aplicadas a todos os distribuidores de combustíveis, proporcionais à respectiva participação de mercado na comercialização de combustíveis fósseis no ano anterior.

Quanto aos prazos, as metas compulsórias anuais de redução de emissões serão definidas até 15 de junho de 2018, para vigorar no período de 24 de junho de 2018 a 31 de dezembro de 2028. Já as metas individuais serão definidas e tornadas públicas até 1º de julho de 2019, para vigorar a partir de 24 de dezembro de 2019.

Novo governo em 2019 terá de fazer muitas reformas, diz Nakano

16/03/2018 – Fonte: Exame

O economista e diretor da Escola de Economia da Fundação Getúlio Vargas (EESP-FGV), Yoshiaki Nakano, avaliou que a situação fiscal brasileira é dramática. Dessa forma, segundo ele, o governo que assumir em 2019 terá de fazer várias reformas, como mudanças na metodologia de reajuste do salário mínimo e a aprovação da reforma da Previdência.

A declaração foi dada na abertura do seminário Cenários Fiscais e o papel da Instituição Fiscal Independente (IFI), do Senado Federal, na sede da EESP em São Paulo. Nakano é conselheiro consultivo do IFI.

Nakano também lembrou que o novo governo terá de lidar com a queda da participação da indústria no Produto Interno Bruto (PIB). Segundo ele, a participação industrial já foi de cerca de 20% do PIB e agora está em torno de 10%, o que significa perda estrutural de arrecadação, já que o setor tem maior carga tributária.

O economista ainda disse que o IFI tem um papel importante para melhorar a questão fiscal brasileira, mas que, se não houver mudanças no sistema político, esse processo será muito difícil.

“Se não conseguir mudar o viés pró-déficit, pró-endividamento dos governantes, esses órgãos fiscais independentes não vão ter poder nenhum. Dessa maneira, tudo só vai funcionar se o País entrar numa crise gravíssima, como um retorno da hiperinflação. Gravíssima também está virando a situação do Rio, que já não está pagando funcionários.”

Analistas reduzem previsão de déficit primário para R\$ 139,132 bi, mostra Prisma

16/03/2018 – Fonte: Tribuna PR

Os analistas de mercado consultados pelo Ministério da Fazenda continuam apostando que o governo fará neste ano um déficit primário menor que aquele fixado como meta fiscal para 2018, que é de R\$ 159 bilhões. O Boletim Prisma Fiscal de março, divulgado nesta quinta-feira, 15, pela Secretaria de Política Econômica da pasta, mostra que a mediana das previsões passou de um rombo de R\$ 149,186 bilhões para R\$ 139,132 bilhões.

A melhora na estimativa também se estende para 2019, quando os analistas preveem um déficit primário de R\$ 111,892 bilhões, inferior ao déficit de R\$ 119 bilhões previsto em fevereiro. A meta fiscal de 2019 é de um saldo negativo de R\$ 139 bilhões.

O Prisma Fiscal de março ainda revisou para melhor as previsões de arrecadação e de receita líquida. Na arrecadação, a projeção passou de R\$ 1,450 trilhão para R\$ 1,455 trilhão em 2018 e de R\$ 1,563 trilhão para R\$ 1,569 trilhão em 2019. Quanto à receita

líquida do governo central, a mediana de 2018 subiu de R\$ 1,220 trilhão para R\$ 1,224 trilhão, e a mediana de 2019 passou de R\$ 1,316 trilhão para R\$ 1,321 trilhão.

Os gastos do governo também terão uma pequena queda, segundo estimam os entrevistados. A previsão de despesas totais do governo central passou de R\$ 1,364 trilhão para R\$ 1,360 trilhão. Para 2019, a projeção é que o gasto cairá de R\$ 1,422 trilhão para R\$ 1,420 trilhão.

As projeções indicam que a Dívida Bruta do Governo Geral representará 75% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2018, ante a estimativa anterior de 75,50%; e 76,95% do PIB em 2019, contra a projeção de fevereiro, de 77,20% do PIB.

Curto prazo –

O Prisma Fiscal de março também traz estimativas para este e próximos dois meses. Para março, o déficit primário piorou, de R\$ 9,867 bilhões para R\$ 12,322 bilhões. Para abril, o déficit primário projetado caiu de R\$ 9,882 bilhões para R\$ 9,662 bilhões. Para maio, o déficit primário recuou de R\$ 23,639 bilhões para R\$ 22,545 bilhões.

Consumo de eletricidade no Brasil sobe 0,3% entre 1 e 13° de março, diz CCEE

16/03/2018 – Fonte: DCI

Consumo no mercado regulado teve queda de 0,5% e consumo no mercado livre aumentou 2,5%



Consumo no mercado regulado teve queda de 0,5% e consumo no mercado livre aumentou 2,5%

O consumo de eletricidade no Brasil registrou alta de 0,3 por cento entre 1° e 13 de março, ante mesmo período do ano passado, de acordo com boletim semanal da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) nesta quinta-feira.

O consumo no mercado regulado, no qual os consumidores são atendidos pelas distribuidoras, teve queda de 0,5 por cento, enquanto o consumo no mercado livre de energia, no qual as empresas compram energia diretamente dos fornecedores, cresceu 2,5 por cento.

Indicador antecedente sobe 0,8% em fevereiro, dizem FGV e Conference Board

16/03/2018 – Fonte: Tribuna PR

O Indicador Antecedente Composto da Economia (IACE) para o Brasil subiu 0,8% em fevereiro, alcançando 117,0 pontos, segundo a Fundação Getúlio Vargas (FGV) e o The Conference Board (TCB). No mesmo sentido, o Indicador Coincidente Composto da Economia (ICCE), que mensura as condições econômicas atuais, avançou 0,5%, para 102,9 pontos.

“O resultado do ICCE mostra que a recuperação do nível de atividade na economia brasileira está consolidada, ainda que em ritmo modesto”, afirma Paulo Picchetti, economista do Ibre/FGV.

No caso do IACE, Picchetti avalia que, apesar da falta de definição sobre o ajuste, o indicador mostra que as expectativas não vêm sendo afetadas negativamente, "fazendo com que a reversão do quadro de expansão seja pouco provável nos próximos meses".

Segundo a FGV, o Indicador Antecedente Composto da Economia agrega oito componentes econômicos que medem a atividade econômica no Brasil. Cada um deles vem se mostrando individualmente eficiente em antecipar tendências econômicas.

A agregação dos indicadores individuais em um índice composto filtra os chamados "ruídos", colaborando para que a tendência econômica efetiva seja revelada.

Prazo para anúncio de política automotiva ainda está indefinido, diz ministro da Indústria

16/03/2018 – Fonte: DCI

Ainda está indefinido o prazo para anúncio de uma nova política para o setor automotivo, conhecida como Rota 2030, que vem sendo amplamente aguardada pelas montadoras de veículos para permitir o planejamento do próximo ciclo de crescimento, disse em entrevista à Reuters nesta quinta-feira o ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Marcos Jorge de Lima.

O ministro afirmou que o programa está "dentro do prazo de maturação da Casa Civil" e garantiu que a pasta trabalha para que seja anunciado o mais rapidamente possível dada a relevância do setor automotivo no Brasil e ao redor do mundo.

"Eu não vou falar de prazos. A última vez que eu falei de prazo, e falei do prazo que o presidente previu que haveria condição de a política ser anunciada junto com os ministros, junto com o setor privado, de alguma forma repercutiu como se fosse um prazo meu, dado por mim", disse Lima, em entrevista exclusiva à Reuters durante o Fórum Econômico Mundial para a América Latina, em São Paulo.

O Rota 2030 "está dentro do prazo de maturação da Casa Civil. Há uma boa vontade do presidente" Michel Temer, acrescentou o ministro.

"Temos um ponto de discussão que é especificamente a forma de concessão do P&D (pesquisa e desenvolvimento). É isso que está dentro do prazo de maturação da Casa Civil. De novo, temos a expectativa de que saia o quanto antes. É fundamental termos a política estabelecida o mais brevemente possível", disse Lima.

Indagado sobre discussões do governo com o setor privado sobre a carga tributária incidente sobre veículos elétricos e híbridos, o ministro afirmou que este tema está inserido nos debates do Rota 2030.

Uma reunião ocorrida na quarta-feira passada entre representantes do Ministério da Indústria e Comércio Exterior e da Associação Brasileira do Veículo Elétrico (ABVE) terminou sem um compromisso do governo de reduzir o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) dos híbridos e elétricos para 7 por cento, mesma alíquota cobrada dos modelos de motor 1.0 a combustão.

AÇO

O ministro da Indústria afirmou ainda que a imposição de tarifas de importação de aço e alumínio pelos Estados Unidos é uma ação "perde-perde. Perdemos nós e perdemos os Estados Unidos por tabela", avaliou. "Eles não têm capacidade instalada suficiente neste momento para atender à demanda de mercado do produto que nós exportamos para os Estados Unidos."

Questionado sobre a reação do governo do presidente Michel Temer às tarifas, Lima afirmou que o Brasil atuará tanto na frente diplomática, em contatos com Washington, quanto por meio da iniciativa privada, com siderúrgicas brasileiras e seus clientes norte-americanos.

Na véspera, Temer levantou a possibilidade do Brasil recorrer junto à Organização Mundial do Comércio (OMC) contra as tarifas dos EUA em conjunto com outros países, caso uma "solução amigável" não seja alcançada. Lima disse, no entanto, que ainda não foram iniciadas discussões com outros países com vistas a uma representação na OMC.

O ministro disse ser impossível prever no momento se as tarifas norte-americanas provocarão um aumento das exportações chinesas de aço para o Brasil por conta de eventual mudança de fluxos comerciais. Na véspera, o presidente da CSN, Benjamin Steinbruch, afirmou que o Brasil precisa aproveitar o momento para aplicar tarifas antidumping aprovadas mais cedo neste ano contra siderúrgicas chinesas.

"Esse potencial tem que ser observado mais à frente. Não tenho como dizer que isso acontecerá (aumento de importações de aço chinês pelo Brasil)", disse o ministro, lembrando que a decisão da Camex foi de, além de suspender as medidas antidumping, monitorar as vendas chinesas ao Brasil. Lima afirmou ainda que o Brasil atuará de acordo com as regras da OMC quando detectar abusos.

Relator do PL que altera licitações quer fim da indústria do aditivo

16/03/2018 – Fonte: Tribuna PR

O deputado João Arruda (PMDB-PR) destacou que um dos pilares do projeto da "nova" Lei de Licitações (PL 6814/17) é estabelecer o "preço cheio e justo" nas licitações. Relator da comissão especial que analisa o projeto na Câmara, Arruda defende que a nova lei traga mecanismos para dar fim à prática do mercado de "mergulhar" o preço na hora da contratação já pensando em negociar, futuramente, aditivos contratuais.

"É preciso acabar com a indústria do aditivo", disse durante o seminário O Futuro da Infraestrutura no Brasil, organizado pela Câmara Britânica de Comércio e Indústria no Brasil. De acordo com o deputado, mesmo representantes da iniciativa privada concordam com a necessidade de se acabar com a prática de negociação de aditivos – o que leva, geralmente, à prorrogação de prazo e elevação de custos dos projetos.

Em sua exposição, o deputado levantou ainda outros pontos da proposta de autoria do Senado, hoje em análise na Câmara. Arruda salientou a necessidade de se estabelecer prazos para resposta aos pedidos de reequilíbrio contratual, e discutiu também a questão dos licenciamentos ambientais. "Isso é um equívoco do RDC, Regime Diferenciado de Contratação, o licitante não precisa ir atrás de licença ambiental", aponta. Na avaliação do deputado, as licitações só deveriam ocorrer quando todas as licenças estiverem emitidas.

João Arruda reforçou que o projeto de lei trabalha com um "tripé", que passa por "análise detalhada dos projetos, eficiência na execução do contrato e combate à corrupção". A ideia é aprimorar a atual Lei de Licitação, com "avanços" especialmente em relação ao seguro garantia entre o poder público e quem executa as obras, mas também no cumprimento de prazos e em fiscalização. "O projeto de lei representa mais do que a contratação de serviços terceirizados, representa a retomada da credibilidade do País como um todo", afirma.

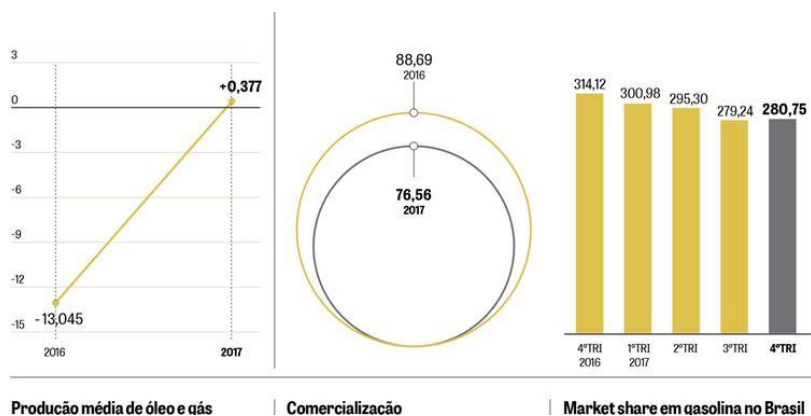
O projeto de lei ainda precisa passar por debates e audiências públicas na comissão especial da Câmara, o que deve acontecer nas próximas três semanas. A previsão é ter uma proposta de relatório no início de maio. "O prazo é curto, mas a vantagem é

que o governo, Congresso e Senado têm todo o interesse em aprovar esse projeto”, diz Arruda.

Desafio da Petrobras será estancar a perda de participação em combustíveis

16/03/2018 – Fonte: DCI

Ao adotar política de preços que segue a lógica do mercado internacional, a estatal tornou a importação de derivados mais atrativa, o que derrubou o seu share em cerca de 20 pontos



A Petrobras vem perdendo participação significativa no mercado brasileiro de combustíveis derivados de petróleo. Após estabelecer uma nova política de preços que segue a lógica do mercado internacional, a estatal terá o desafio de brigar – e superar – a concorrência com importados.

“Nos últimos dois anos, a Petrobras praticou os preços acima ou em linha com a paridade de importação. Isso tornou factível a importação de combustíveis, algo que antes não ocorria, especialmente no período em que a empresa realizou cotações abaixo do mercado externo”, explica o analista de petróleo e gás da Tendências Consultoria, Walter De Vitto.

Em 2015, a companhia detinha 96% e 97% do mercado brasileiro de gasolina e diesel, respectivamente. A partir do ano seguinte, com a mudança da política de venda para as distribuidoras, essas fatias diminuíram, alcançando 77% e 79% em fevereiro de 2018. “A Petrobras enfrenta uma batalha pelo mercado de derivados. Houve um forte aumento das importações de combustíveis e a empresa perdeu um *share* expressivo. A própria BR Distribuidora (subsidiária da Petrobras) importou uma parcela de seus combustíveis”, aponta o analista da Planner Corretora, Luiz Francisco Caetano.

Para brigar com a concorrência internacional, a estatal passou a realizar reajustes quase diários nas refinarias desde julho do ano passado, quando avaliou a necessidade de acompanhar a volatilidade crescente da taxa de câmbio e das cotações de petróleo e derivados.

Porém, Caetano aponta que a estratégia ainda não foi suficiente para trazer um desempenho operacional melhor. “Eu esperava uma queda menor na venda por conta dessa política de preços. Deveria ocasionar ao menos um ganho de *market share*, ou uma recuperação. Mas as vendas caíram”, reforça.

Embora o resultado não tenha atingido as expectativas, a analista da Coinvalores, Sabrina Cassiano, acredita que a medida deve ter efeito em 2018. “A Petrobras deve recuperar mercado ao longo do ano. O ajuste de preço mais dinâmico não está deixando tanto espaço para importações”.

Caetano faz uma análise semelhante. "As perspectivas são positivas. Com a melhora da economia e aumento das vendas de combustíveis, deve ocorrer alguma retomada de participação no mercado de derivados", assinala.

A retração da demanda do mercado interno, somada ao crescimento da produção de petróleo, causou um aumento de 32% das exportações. "Em vez de refinar, a Petrobras exportou. Não é o melhor cenário. Vender derivados é mais rentável", afirma Caetano.

Já Sabrina aponta que a empresa está mais preocupada em manter a margem do que recuperar o mercado de derivados. "Não adianta ser líder do mercado por um preço que não traga rentabilidade. O quarto trimestre de 2017 estava mais favorável à exportação. A empresa está mais atenta a essa dinâmica do mercado."

Balanço 2017

Nesta quinta (15), a Petrobras apresentou os resultados financeiros do 4º trimestre e de 2017. A empresa fechou o ano com lucro líquido de R\$ 377 milhões, frente a um prejuízo de R\$ 13 bilhões em 2016. O lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) ajustado foi de R\$ 76 bilhões no ano passado, recuo de 14% na mesma base.

De acordo com o presidente da empresa, Pedro Parente, o resultado foi fortemente impactado por efeitos não recorrentes, como a ação coletiva movida por investidores nos EUA que alegaram perdas com corrupção e a adesão ao programa de débitos federais.

"Teríamos alcançado lucro líquido de R\$ 7 bilhões, não fossem as despesas extraordinárias", disse em teleconferência. Apesar disso, o executivo vê o resultado como positivo. "Eliminamos incertezas e reduzimos riscos para 2018. A empresa está mais organizada em termos de governança, integridade e gestão", garantiu.

Para Caetano, o balanço era previsível. "Os fatores não recorrentes já eram conhecidos. Com todos os contratemplos, a Petrobras está gerando o resultado esperado."

A produção de petróleo e gás natural se manteve estável em 2017, em 2,7 milhões de barris de óleo equivalente por dia. "Isso se deve principalmente às manutenções em plataformas e vendas de ativos", destaca o analista.

Waymo mostra a curiosa experiência de rodar em um carro autônomo

16/03/2018 – Fonte: Automotive Business



Empresa do Google divulga vídeo com reação dos passageiros que andam em veículo sem motorista de segurança

A **Waymo**, holding do Google especializada em **carros autônomos** divulgou vídeo para mostrar a curiosa experiência dos passageiros que rodam em carros autônomos sem motorista de segurança.

Pouco tempo atrás a empresa só podia testar a tecnologia em vias públicas dos Estados Unidos se um condutor estivesse no carro para gerenciar o sistema e assumir o

controle caso houvesse algum problema. No fim de fevereiro a Califórnia atualizou a legislação e passou a permitir que as empresas experimentassem carros sem qualquer motorista a bordo.

O vídeo divulgado pela Waymo mostra as pessoas que se inscreveram em um programa da empresa para testar a tecnologia. Segundo a companhia, cerca de 20 mil pessoas se candidataram para a aventura.

O vídeo tem menos de um minuto e mostra a sensação inicial de insegurança e curiosidade dos passageiros, seguida pela aparente sensação de que as pessoas começam a ganhar confiança com a tecnologia.

Magna e Lyft se unem para desenvolver autônomos

16/03/2018 – Fonte: Automotive Business



Fabricante de autopeças investirá US\$ 200 milhões na startup

A **Magna**, fabricante de autopeças, firmou parceria com a **Lyft**, empresa de transporte individual concorrente da Uber. As duas companhias vão trabalhar juntas no desenvolvimento e na produção de sistemas para **carros autônomos**.

Em paralelo, a Magna anuncia investimento de US\$ 200 milhões para comprar participação na startup, que conta ainda com a General Motors entre suas controladoras.

Com a cooperação, o sistema desenvolvido pelas duas empresas poderá equipar veículos desenvolvidos por diversas montadoras, garantindo à Lyft certa presença na cadeia de produção automotiva. Times tanto da fabricante de autopeças quanto da empresa de transporte vão colaborar para criar a nova tecnologia, que será testada pela startup em seu centro de desenvolvimento no Vale do Silício, gerando dados para garantir que os ajustes e correções sejam feitos rapidamente.

O plano é desenvolver um sistema que garanta aos automóveis nível 5 de autonomia, permitindo que rodem sem a necessidade de interferência do motorista em nenhum momento.

Para a Magna, a parceria representa a garantia de alta demanda pelo novo sistema autônomo, garantindo produção em grande escala desde o início. “Há um novo panorama de mobilidade emergindo e parcerias como esta nos coloca na liderança desta transformação”, destacou em comunicado Swamy Kotagiri, chefe de tecnologia da fabricante de autopeças.

O CEO da Lyft, Logan Green, complementou: “Ao lado da Magna vamos acelerar a introdução de carros autônomos ao compartilhar a nossa tecnologia com montadoras de veículos em todo o mundo. É uma abordagem completamente nova capaz de democratizar o acesso a uma solução transformadora.”

Com reestruturação pós-dieselgate, Volkswagen volta aos trilhos

16/03/2018 – Fonte: Automotive Business



Lucro operacional atinge € 3,3 bilhões em 2017, o maior desde 2012; faturamento cresce 8%

Aliviada pelos resultados que a reestruturação pós-dieselgate vem trazendo desde a sua implementação em 2016, a **Volkswagen** divulga seus resultados financeiros referentes a 2017, cujos principais itens superaram as metas da própria empresa. O lucro operacional cresceu pela primeira vez em cinco anos, ao atingir € 3,3 bilhões.

Com vendas globais de 6,23 milhões – um aumento de 4,2% com relação ao ano anterior – o faturamento melhorou 8%, passando de € 74 bilhões em 2016 (ajustado) para € 80 bilhões no ano passado.

O Ebit, que foi de € 3,3 bilhões, aumentou expressivos 77%, considerando o resultado antes da aplicação de custos especiais, como os gastos com o próprio dieselgate. A margem, também antes dos itens especiais, subiu de 1,8% para 4,1% no mesmo comparativo anual.

Em sua projeção, a VW havia estabelecido um retorno entre 2,5% e 3,5%. Ainda enfrentando os efeitos do escândalo que envolveu a marca ao burlar seus carros movidos a diesel, a empresa informa em seu balanço que isso gerou perdas de € 2,8 bilhões no resultado operacional de 2017. Em 2016, os gastos com o dieselgate haviam somado € 5,2 bilhões.

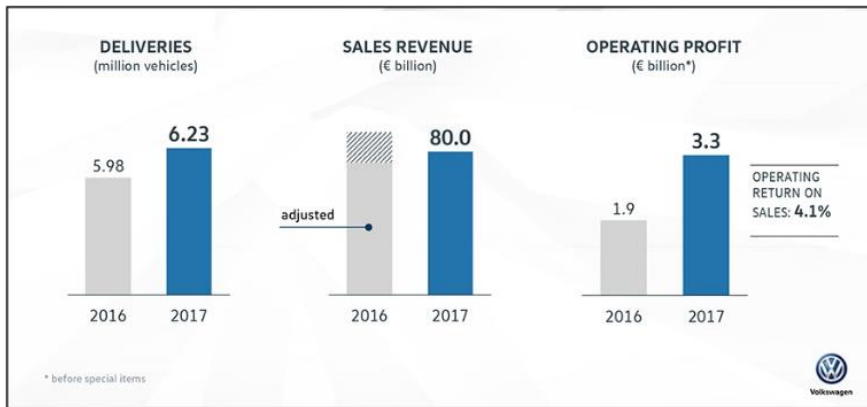
“Nos tornamos significativamente mais competitivos em todas as áreas. A implementação da nossa estratégia Transform 2025+ está fazendo um bom progresso e alcançando resultados marcantes, com todas as iniciativas contribuindo para os bons desenvolvimentos na Volkswagen.

Pretendemos usar esse impulso e reforçar o ritmo na implementação de nossa estratégia em 2018”, afirma em nota o CEO da marca Volkswagen, Herbert Diess.

Segundo a VW, os principais fatores que contribuíram para o desempenho positivo foram os efeitos de maior volume de vendas e o mix de produtos, com aumento das entregas de produtos com maior valor agregado, como os SUVs, além da redução de custos do produto.

Em cada sete veículos vendidos pela marca, um é SUV. A participação dessa categoria deve aumentar em 40% até 2020, indica a VW. A empresa também considera que a concentração de modelos sobre a plataforma MQB tem surtido efeito positivo: em 2017, cerca de 40% de todos os veículos vendidos utilizam a plataforma modular, o dobro registrado em 2015, que era de 20%.

Segundo a VW, essa tendência positiva se tornará ainda mais evidente nos próximos anos.



“Este ano, a participação nos veículos baseados na plataforma MQB será de cerca de 60% e até 2020, essa cota deve aumentar para 80%”, comenta Diess.

Modelos como o novo Polo e Virtus, que já são vendidos no Brasil, são exemplos de carros que utilizam essa plataforma. Para o País, a VW tem planos ambiciosos, como voltar à liderança do mercado doméstico:

“Até 2020, investiremos cerca de € 1,75 bilhão na renovação da nossa gama de produtos no Brasil. Nosso objetivo é recuperar nossa posição de liderança com um portfólio rejuvenescido”, destaca Diess. Ao analisar o desempenho da marca no Brasil, o executivo diz que houve uma reviravolta em termos de volume de vendas, com o aumento de 19,7%.

Além do Brasil, a marca registrou aumento das vendas em seus principais mercados globais, como os Estados Unidos (+5,2%), onde as entregas cresceram pela primeira vez desde 2013; na Rússia (+20,4%) e na China, com alta de 5,9%, ao atingir 3 milhões de veículos: é a primeira vez que uma marca entrega tal volume em um único mercado.

“Estamos indo na direção certa. Com o nosso resultado melhorado, a marca está dando uma contribuição fundamental para o sucesso de todo o grupo. No entanto, estamos apenas no começo. O progresso no nosso core business fortalecerá nossos pilares para tornar o Grupo Volkswagen uma líder mundial em mobilidade elétrica até 2025”, completou Diess.

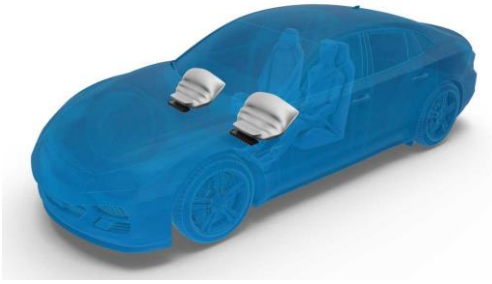
O Grupo VW detalhou na quarta-feira, 14, durante sua conferência global de imprensa, seu plano estratégico para veículos elétricos, no qual pretende ter 16 fábricas aptas para produzir este tipo de veículo até 2022 (leia [aqui](#)).



Membros do board durante divulgação do balanço financeiro da VW (a partir da esquerda): Andreas Tostmann, Frank Welsch, Thomas Ulbrich, Thomas Schmall, Jürgen Stackmann, Ralf Brandstätter, Herbert Diess, Karlheinz Blessing e Arno Antlitz.

ZF cria airbag de joelho mais leve

16/03/2018 – Fonte: Automotive Business



ZF cria airbag de joelho mais leve

Módulo pesa até 30% menos que similares e pode ser adotado em diferentes carrocerias

A **ZF** desenvolveu um módulo de **airbag** para proteção de joelhos mais leve que os disponíveis atualmente. Segundo a empresa, o componente pesa até 30% a menos que produtos semelhantes e apresenta design apropriado para diferentes interiores, inclusive de futuros carros autônomos.

Ainda de acordo com a ZF, este será o primeiro airbag para joelhos com revestimento de tecido. O equipamento será aplicado nos primeiros automóveis no começo do ano que vem e sua estrutura de tecido será configurável para todos os mercados e linhas de veículos leves.

"Esse airbag vai auxiliar em uma série de tendências industriais. O peso reduzido ajuda a baixar o consumo e as emissões e as dimensões menores são compatíveis com novas exigências de design de interiores", afirma o vice-presidente de engenharia de sistemas de segurança, Norbert Kagerer. A ZF não informa qual será o primeiro automóvel a utilizar o componente.

Governo aguarda publicação das tarifas ao aço para pedir recurso aos EUA

16/03/2018 – Fonte: Tribuna PR

O ministro interino da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), Marcos Jorge, afirmou nesta quinta-feira, 15, que o governo brasileiro está aguardando a publicação das regras da sobretaxa para a importação do aço e de alumínio pelos Estados Unidos para em seguida encaminhar o recurso contra a medida a Washington.

"Estamos aguardando a publicação pelo governo norte-americano. Estamos falando ainda de anúncios, não tivemos acesso a papel publicado", disse o ministro a jornalistas durante o Fórum Econômico Mundial na capital paulista. "É preciso ter acesso ao inteiro teor." O prazo para o recurso começa a valer somente após a publicação das normas.

Marcos Jorge e o ministro das relações exteriores, Aloysio Nunes, devem ir novamente aos EUA para tentar entender de que forma vai funcionar os recursos. O ministro disse que o governo brasileiro já vem mantendo conversas com a Casa Branca sobre o caso e o próprio Jorge se reuniu recentemente com o secretário de Comércio dos EUA, Wilbur Ross.

Além disso, a embaixada brasileira em Washington está em contato direto com técnicos do governo norte-americano, disse ele. "Estamos atuando no âmbito bilateral junto aos EUA para tentarmos no âmbito do recurso convencê-los da não aplicação para o Brasil da tarifa", disse ele.

A decisão de Donald Trump de elevar a taxa cobrada na importação de aço para 25% e do alumínio para 10% terá impacto muito forte tanto para o Brasil como para os norte-americanos, avalia o ministro. "Há uma complementariedade no setor siderúrgico", disse ele, destacando que 80% do aço exportado daqui para os EUA é de produto semiacabado.

Esse produto semiacabado, explicou Jorge, é usado pela própria indústria siderúrgica dos EUA para a transformação. Assim, a sobretaxa terá impacto nos preços dentro do mercado norte-americano. Ao mesmo tempo, boa parte do carvão usado na siderurgia brasileira vem do mercado norte-americano. "Somos o principal importador desse produto", disse ele.

No caso brasileiro, a decisão de Trump pode trazer prejuízos como o desligamento de fornos das siderúrgicas e também de perda de postos de trabalho. Por ter essa relação de complementariedade, o ministro disse que o Brasil não representa riscos para a indústria dos EUA e, além disso, os norte-americanos têm superávit na balança comercial com o Brasil. "Nos últimos 10 anos, a balança comercial foi favorável para os americanos."

O ministro disse que a estratégia inicial do Brasil será a negociação bilateral, mas o Planalto não descarta nenhuma hipótese. Ontem, o presidente Michel Temer disse que o Brasil pode recorrer à Organização Mundial do Comércio (OMC) caso as negociações com a Casa Branca não avancem.

"Temos a convicção que pela boa relação que temos com os EUA e com o anúncio da Casa Branca de que haverá possibilidade de exclusão de países que se enquadram como na relação que o Brasil tem vamos poder retirar o País dessa situação", afirmou Marcos Jorge.

Ligar para Trump sobre aço pouco adiantaria, diz embaixador

16/03/2018 – Fonte: Bem Paraná

O embaixador do Brasil em Washington, Sergio Amaral, defendeu em entrevista à reportagem a postura do país no imbróglio das tarifas sobre o aço exportado para os Estados Unidos, e disse que o governo "agiu preventivamente e continua a agir" para evitar a aplicação da sobretaxa sobre as siderúrgicas nacionais.

Segundo ele, uma ligação do presidente Michel Temer para Donald Trump, como fizeram outros países como o Canadá e a Argentina, pouco adiantaria nesse momento, e será mais oportuna somente nos próximos dias.

"Não havia o que falar. O que adiantava falar com o presidente Trump se ainda não sabíamos qual era a medida, ou quais os critérios para exclusão? Não havia possibilidade de encaminhamento", afirmou Amaral, para quem o país trabalhou "discretamente", mas com bons argumentos em prol do aço nacional. O Brasil é o segundo maior exportador de aço para os EUA, que no ano passado compraram US\$ 2,6 bilhões (cerca de R\$ 8,5 bilhões) das siderúrgicas nacionais.

Uma alíquota de importação de 25%, como quer o presidente Trump, inviabilizaria as vendas para o país americano, que é o maior comprador mundial do produto. Na semana que vem, o Departamento de Comércio dos EUA deve divulgar os critérios e procedimentos para os pedidos de exclusão da tarifa, a serem enviados pelas indústrias americanas que dependem do insumo importado. As siderúrgicas brasileiras, em articulação com o Itamaraty, têm feito lobby para convencer seus clientes no país a intercederem em favor do país.

O Brasil também tem reforçado o posicionamento contra as tarifas no Congresso e no governo americano. Nesta terça (13), o Itamaraty enviou uma carta ao Escritório da

Representação Comercial dos EUA (USTR), que conduz as negociações bilaterais do governo americano, expondo novamente os argumentos em favor do aço brasileiro. O principal deles é que o produto nacional é semiacabado e não concorre com o americano, mas serve de insumo para a indústria siderúrgica dos EUA. "São indústrias complementares", afirmou Amaral.

O embaixador afirma acreditar na possibilidade de reversão da medida por meio de uma solução negociada. "Em uma reunião no Congresso, nos disseram que nosso caso é mais forte que o do Canadá", declarou.

Ele destaca também o bom relacionamento do país com os EUA na área da defesa, inclusive com cooperação e compra de equipamentos, e o superávit que os americanos tiveram na última década na balança comercial com o Brasil -uma obsessão do presidente Trump, que quer reduzir os déficits comerciais do país.

Nesta semana, o presidente Temer afirmou que o país pode recorrer à OMC (Organização Mundial do Comércio) caso o pleito não seja atendido, e diz que irá ligar para Trump nos próximos dias. O ministro da Indústria e Comércio Exterior, Marcos Jorge de Lima, não descartou a imposição de sobretaxas a produtos americanos em retaliação à medida.

O governo brasileiro, porém, ainda aposta na negociação bilateral. Nesta quinta, o embaixador Amaral passou o dia em reuniões no Congresso, e deve prosseguir nesse ritmo nos próximos dias.

Ministro da Indústria diz que Brasil não descarta retaliação aos EUA

16/03/2018 – Fonte: Bem Paraná

O ministro da Indústria e do Comércio Exterior, Marcos Jorge de Lima, disse nesta quinta-feira (15) que o governo brasileiro não descarta sobretaxar produtos americanos em retaliação à decisão dos Estados Unidos de aumentar as tarifas de importação de aço.

Durante o Fórum Econômico Mundial para a América Latina em São Paulo, ele ainda alertou o governo americano para impactos sobre a importação de carvão americano pelo Brasil, já que há uma "complementaridade" entre os dois países no setor siderúrgico.

Ao ser questionado por jornalistas se o governo deve aumentar impostos para produtos americanos, o ministro disse que o Brasil "não descarta nenhuma hipótese". "Vamos atuar agora no âmbito bilateral, no entanto, não descartamos nenhuma hipótese", afirmou.

"Porém nós temos a convicção que, pela boa relação que temos com os EUA, e com o anúncio da Casa Branca que haverá a possibilidade de exclusão de países que se enquadram como na relação comercial que o Brasil tem, de que poderemos retirar o Brasil dessa aplicação."

A possibilidade de retaliação avançou na Câmara na quarta (14), quando o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ) chancelou um decreto legislativo que, se aprovado, suspenderá o desconto nas tarifas do etanol importado dos EUA. Lima destacou que o Brasil é o principal importador do carvão americano, usado na indústria siderúrgica do Brasil. Se sua produção for afetada pelas sobretaxas, as importações do produto pelo Brasil poderão diminuir."

Do aço que vai para os Estados Unidos, 80% dele é um produto semi-acabado que entra para a própria siderurgia americana para a transformação. De outro lado, o

carvão que vem para as nossas siderúrgicas brasileiras, boa parte é dos Estados Unidos, nós somos o principal importador deste produto americano”, disse.

“Então se nós temos uma sobretaxação do produto que vai para lá, que entra na indústria americana, nós vamos com certeza impactar em preços nos Estados Unidos, vamos impactar em empregos do lado de lá também”, completou o ministro.

O ministro disse que ele e o chanceler Aloysio Nunes irão aos EUA depois que a decisão do governo americano for publicada para entrar com um recurso para ser excluído da lista.

“Nós já sabemos que será um recurso bilateral, agora, para entrar com recurso físico, nós precisamos da decisão publicada, e o prazo começa a correr a partir da publicação”, afirmou. Para o ministro, o Brasil deve ser excluído por “não representar risco à segurança americana”, “ter uma relação de complementariedade” com os EUA e não ter déficit na balança comercial com o país.

Na véspera, no mesmo fórum, o presidente Michel Temer havia dito que, se o governo de Donald Trump não aceitasse negociar exceções no aumento de tarifas de importação do aço, o Brasil vai entrar com uma representação contra a política norte-americana na OMC (Organização Mundial do Comércio) junto com outros países que sofreram prejuízos com a medida.

País pode usar carvão contra sobretaxas

16/03/2018 – Fonte: Bem Paraná

O ministro da Indústria e do Comércio Exterior, Marcos Jorge de Lima, disse nesta quinta (15) que o governo brasileiro não descarta sobretaxar produtos americanos em retaliação à decisão dos EUA de aumentar as tarifas de importação de aço. Durante o Fórum Econômico Mundial para a América Latina em São Paulo, ele ainda alertou para impactos sobre a importação de carvão americano pelo Brasil, já que há uma “complementariedade” entre os dois países na siderurgia.

Questionado se o governo deve aumentar impostos para produtos americanos, o ministro afirmou que o Brasil “não descarta nenhuma hipótese”. “Vamos atuar agora no âmbito bilateral, no entanto, não descartamos nenhuma hipótese”, disse.

“Porém nós temos a convicção que, pela boa relação que temos com os EUA, e com o anúncio da Casa Branca que haverá a possibilidade de exclusão de países que se enquadram como na relação comercial que o Brasil tem, de que poderemos retirar o Brasil dessa aplicação.”

A possibilidade de retaliação avançou na Câmara na quarta (14), quando o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ) chancelou um decreto legislativo que, se aprovado, suspenderá o desconto nas tarifas do etanol importado dos EUA. Lima destacou que o Brasil é o principal importador do carvão americano, usado na indústria siderúrgica do Brasil. Se sua produção for afetada pelas sobretaxas, as importações do produto poderão diminuir.

“Do aço que vai para os EUA, 80% é produto semi-acabado que entra para a própria siderurgia americana para a transformação.

De outro lado, o carvão que vem para as nossas siderúrgicas brasileiras, boa parte é dos Estados Unidos, nós somos o principal importador deste produto americano”, disse o ministro.

Ação contra taxa de Trump divide siderúrgicas do país

16/03/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Com produção nos EUA, Gerdau e ArcelorMittal não participam de negociações com governo americano



Aço derretido é fundido na Gerdau Ameristeel em Konxville, no Tennessee, nos EUA - Dennis Ivy /

A defesa contra a barreira levantada pelo governo americano ao aço importado está dividindo as siderúrgicas brasileiras e multinacionais que atuam no Brasil.

Gerdau e ArcelorMittal, com parte importante da sua produção nos EUA, optaram por não participar da pressão empresarial em prol do aço fabricado no Brasil.

Isso desagradou a executivos do setor siderúrgico e integrantes do governo, que dizem acreditar que as empresas deveriam "jogar junto" contra a barreira como forma de ganhar força.

Empresários brasileiros organizaram duas missões aos EUA, uma em agosto do ano passado e outra em fevereiro, com o objetivo de sensibilizar funcionários do governo e parlamentares. As duas empresas preferiram não endossar o movimento.

Em nota, a Gerdau afirma que a barreira levantada por Trump é positiva para a empresa, a segunda maior fabricante de aços longos do mercado americano. Cerca de um terço de sua produção está nas unidades instaladas nos EUA.

"Estamos acompanhando com muita atenção o desenvolvimento desse tema. Nossa avaliação é que ele é positivo para a Gerdau e nossa operação está totalmente pronta para atender ao crescimento da demanda interna [dos EUA]."

Já a ArcelorMittal diz "compreender o desejo dos governos em apoiar as respectivas indústrias nacionais", mas afirma acredita que a maior necessidade do setor é enfrentar o excesso de capacidade global.

Acompanhando o esforço de negociação com os EUA, Gabriel Petrus, diretor-executivo da ICC (Câmara Internacional de Comércio), afirma que as siderúrgicas têm lógicas comerciais distintas, o que faz com que atuem cada uma à sua maneira.

"Os interesses das siderúrgicas são divergentes porque o nível de internacionalização de cada uma é muito diverso. Essas diferenças fazem com que as empresas tenham estratégias diferentes", diz.

Com isso, algumas empresas já estudam traçar caminhos próprios de defesa nos EUA, como é o caso da CSN. A siderúrgica exporta aço laminado a quente para o mercado americano, o que é considerado um produto acabado pelos seus concorrentes.

A defesa brasileira tem usado como argumentação a venda prioritariamente de produtos semiacabados aos EUA. Ou seja, placas de aço que serão reprocessadas em

solo americano, o que preservaria as empresas e os empregos locais que a política de Trump visa poupar. Isso, porém, deixa de fora a produção da CSN.

Marco Polo de Mello, presidente do Instituto Aço Brasil, afirma que o pleito brasileiro contempla o aço acabado. "Estamos pedindo a exclusão de toda a produção do Brasil da sobretaxa. Até porque a venda de aço acabado é pequena, não os afeta."

Petrus afirma que estratégias individuais de tentar retirar determinados produtos da lista de taxação são pouco eficazes. "O melhor é que isso seja tratado no âmbito das organizações e nas negociações de governo", afirma o diretor-executivo do ICC.

UFPR - Especialização em Engenharia de Produção

16/03/2018 – Fonte: UFPR

A UFPR está com inscrições abertas para **Especialização em Engenharia de Produção – Turma de 2018**

O Curso foi criado na UFPR em 2000, e a partir deste ano, vem ofertando regularmente turmas para profissionais da comunidade empresarial de Curitiba e sua região metropolitana, com grande satisfação dos participantes.

MAIS INFORMAÇÕES NO SITE:

Carga horária: 390 horas-aula

Local de Realização: Universidade Federal do Paraná - Centro Politécnico, às terças e quintas-feiras, das 18h45 às 22h45

Início das Aulas: 17/04/2018

Inscrições: de 19/02/2018 a 06/04/2018

A inscrição será feita diretamente pelo candidato através do Sistema SIGA (link abaixo), no qual serão preenchidas informações e inseridos de forma digital os documentos solicitados.

<http://www.prppg.ufpr.br/siga/visitante/processoseletivo/index.jsp?sequencial=805>

- Seleção: 09/04/2018
- Critério para seleção: análise do Curriculum Vitae
- Divulgação dos resultados: 10/04/2018
- Matrícula e assinatura do contrato: 11/04/2018 a 13/04/2018
- Mensalidades (15 parcelas): R\$ 600,00